



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

RESOLUÇÃO Nº. 234-2016

EMENTA

Fixa o teto constitucional para pagamento da remuneração dos Agentes Políticos e Servidores do Poder Legislativo.

- Considerando o previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal e o inciso XI do artigo 62 da Lei Orgânica do Município ;
- Considerando a recomendação constante no memorando interno nº. 87/2016, oriundo da Unidade de Controle Interno do Município de Itaqui, expedido em 03 de agosto de 2016;
- Considerando a conclusão oriunda do processo administrativo nº. 026/2016 do Poder Legislativo;
- Considerando as manifestações do órgão de consultoria jurídica do Poder Legislativo, pelo IGAM – Instituto Gamma de Assessoramento aos Municípios, conforme orientação técnica n.:21.566/ 2016, de 19 de agosto de 2016; orientação técnica n.:22.203/ 2016, de 26 de agosto de 2016 e orientação técnica n.:24.102/ 2016, de 07 de outubro de 2016;
- Considerando a orientação do órgão de Consultoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em 29/09/2016,

RESOLVE,

Art.1º Determinar que seja aplicado aos agentes políticos, servidores ativos, cargos em comissão e detentores de função gratificada do Poder Legislativo, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal;

Art. 2º Que sejam incluídos para fins de cálculo do teto constitucional todas as verbas de caráter remuneratório, inclusive o abono de permanência;

Art. 3º O teto remuneratório terá por base o montante integral (valor bruto), recebido pelo agente político ou servidor efetivo, detentor de cargo em comissão ou função gratificada;

Art. 4º Não se inclui no cômputo da remuneração para fins do teto remuneratório, nem na soma com outra remuneração do mês em que se der o pagamento:

- I - o terço constitucional de férias;
- II - indenização de férias não gozadas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI, EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Vereador ÉBER ESCOBAR DE ALMEIDA,
Presidente.

REGISTRE-SE:

Vereadora GISLAINE DA SILVA BRUM,
Secretária.

Publicação:

Período: 18 / 10 / 2016 à 18 / 11 / 2016

Local: Murais da Câmara (Lei nº 4.145/2015)



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

Justificativa

O teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal é mandamento da carta federal que tem por objetivo fixar o limite remuneratório percebido pelos agentes políticos e servidores públicos.

A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, bem como os proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.

A manifestação da Unidade de Controle Interno do município de Itaqui, apontou irregularidade quanto à inobservância do teto constitucional com relação ao Poder Legislativo, através do memorando interno n.:0087/ 2016.

A Mesa Diretora, no intuito de propiciar o contraditório e elucidar a anotação, procedeu a abertura do processo administrativo n.:026/ 2016 (cópia anexada), onde foram colhidas várias orientações técnicas do órgão de consultoria IGAM, e perante a Consultoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado, bem como possibilitou a ampla defesa.

As informações colhidas revelaram com clareza as vantagens remuneratórias sobre as quais devem incidir o cálculo para aplicação do abate teto.

Assim, com o intuito de cumprir a determinação legal, prevista na Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal apresentamos a presente Resolução.

Vereador ÉBER ESCOBAR DE ALMEIDA,
Presidente.